

IMAGENS DA ALTERIDADE NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR: O BAIRRO DO BOM JUÁ E SEUS CONFLITOS HISTÓRICOS (2015 – 2016) ¹

Mônica Alves da Silva Costa ²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo principal de identificar e apresentar imagens de alteridade da cidade de Salvador a partir das condições sociais expressas no bairro do Bom Juá. O método empregado foi o bibliográfico, descritivo, de natureza qualitativa e com caráter revisional de literatura especializada. Para compor a fundamentação teórica foram consultados e utilizados diversos formatos de materiais bibliográficos, a exemplo de teses, dissertações, artigos, livros e monografias, com período de publicação que varia entre 2001 e 2018, inclusive. Os resultados da pesquisa permitiram concluir que há uma tendência à segregação socioeconômica das camadas mais pobres da população, que foi historicamente realizada através da concentração do capital pela burguesia comercial e especulação imobiliária em Salvador. Por fim, o bairro do Bom Juá demonstra diversas questões sociais envolvendo alteridade, relativas à formação do território, bem como relações entre alteridade. Espera-se que este trabalho suscite novos estudos sobre o bairro do Bom Juá, considerando as problemáticas que lhes são inerentes.

Palavras-chave: Alteridade. Cidade. Bom Juá. Conflitos.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os estratos sociais menos favorecidos da sociedade foram obrigados a ocupar porções do território, cada vez mais afastados dos centros da cidade, residindo desordenadamente em áreas acidentadas, como morros e encostas. Ao mesmo tempo, a especulação imobiliária concentrou capital no centro – representada pela classe média habitando os bairros centrais –, em contrapartida, os mais pobres foram sendo segregados na periferia (PEDRÃO, 2009).

Por não terem assistência técnica para a construção de suas moradias, passaram a construir suas habitações por conta própria, muitas vezes sem segurança, ficando estas suscetíveis a falhas estruturais graves, deixando-as vulneráveis a desabamentos ou outros problemas. Dessa forma, a ocupação desordenada do território ocorreu de maneira velada e veloz. O que nos parece é que pouco preocupou as autoridades públicas desde os primórdios

¹ Artigo apresentado ao curso de Planejamento e Território, da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), como requisito para conclusão da disciplina Escrita Científica.

² Aluna especial do curso de Planejamento e Território, da UCSAL. E-mail: mpedagoga12@gmail.com

da sua formação diante da não implementação de ações efetivas e de caráter preventivo, situação observada quando analisamos a situação em que se encontram diversas comunidades periféricas pelo país (PEREIRA, 2008).

O Brasil é regido pelo sistema democrático de direito, onde os direitos e deveres dos cidadãos estão consubstanciados na Constituição Federal de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, por apresentar uma ampla gama de direitos sociais, entre os quais, o direito à moradia digna, conforme disposto no artigo 6º. Na prática se observa o abandono da população carente, no tocante a moradia, saúde, transportes, segurança etc.

Ao conviver nas adjacências do bairro Bom Juá, na região periférica da capital baiana, durante a infância e adolescência da autora que vos escreve, tornou-se rotineiro observar casos de deslizamentos de terras, desabamentos de imóveis, inundações, acúmulo de lixo e dejetos, falta de saneamento básico, entre outros. Tais eventos têm afetado a paisagem da capital baiana, nos remetendo à falta de planejamento do território.

Sendo assim, surgem as seguintes questões norteadoras, que conduzirão a pesquisa: Que imagens de alteridade da cidade de Salvador são expressas no bairro do Bom Juá? Por que as questões sociais referentes ao bairro do Bom Juá em suas diferentes expressões (desabamentos de casas, inundações, deslizamentos de encostas), são rotineiras em áreas geograficamente já catalogadas?

Uma das principais hipóteses é que há pouca preocupação das autoridades públicas pelo planejamento, ordenamento e utilização do espaço urbano das cidades, mais notadamente da capital baiana. Outra hipótese plausível é que boa parte das políticas públicas envolvendo uso do espaço territorial urbano tende a ser incipiente e serve a interesses diversos da coletividade, levando a uma degradação e descaso para com o ordenamento e planejamento da infraestrutura urbanística de Salvador.

Deste modo, o objetivo principal desta pesquisa é o de identificar e apresentar imagens de alteridade da cidade de Salvador a partir das condições sociais e territoriais expressas no bairro do Bom Juá.

Os objetivos específicos são descritos a seguir: apresentar as origens da formação histórica do bairro do Bom Juá; levantar dados históricos sobre desastres naturais ocorridos no bairro, decorrentes de má gestão pública ou ausência das políticas públicas; correlacionar o conceito de alteridade com as questões socioeconômicas e culturais dos moradores do bairro Bom Juá; analisar de que maneira as políticas públicas podem ser implementadas de forma a atenuar as desigualdades socioeconômicas identificadas no bairro.

A metodologia empregada neste trabalho de pesquisa insere-se dentro de uma abordagem bibliográfica, de natureza revisional, sistemática, da literatura historiográfica, e de cunho qualitativo. Os descritores utilizados no levantamento bibliográfico foram: alteridade, Bom Juá, conflitos, questão social, diversidade, formação, território. O horizonte temporal dos materiais é de trabalhos publicados entre 2001 e 2018 (inclusive) – com relação aos livros, o período de publicação pode ser mais antigo.

2 ALTERIDADE NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

A formação do território é influenciada por diversos fatores, tanto humanos, materiais, quanto físicos e naturais. No entanto, a intervenção do elemento humano sobre a formação do espaço urbano, muitas vezes, traduz interesses das classes socioeconômicas mais favorecidas, como a especulação imobiliária (PEDRÃO, 2009).

No caso do espaço urbano da periferia da capital soteropolitana, percebe-se uma grande influência de interesses excludentes, do ponto de vista socioeconômico, em que as camadas menos favorecidas da população foram segregadas para longe dos centros urbanos. Consequentemente, os mais ricos e estratos pertencentes à classe média foram ocupando o território mais central da cidade, ao mesmo tempo em que se concentra também o capital financeiro neste espaço (SERPA, 2008).

Por diversas vezes na História se observou a retirada de pessoas das camadas sociais mais pobres dos grandes centros urbanos, a pretexto de se proceder a uma reformulação urbanística, até mesmo com argumentos sanitaristas, tal quais os movimentos que levaram à Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro. Geralmente, a população negra é a que mais sofre com esses projetos de intervenção de planejamento e organização do território. Processos como esse se levou ao escoamento da população, que se viu forçada a ocupar espaços periféricos (não-catalogadas pelo poder público), a exemplo de morros, encostas e outras áreas insalubres (RAMOS, 2010).

Tais movimentos deram origem ao que classificamos na contemporaneidade como “favelas”. Estas são definidas por Barbosa e Silva (2013, p. 116) sendo “favelas como um fenômeno multifacetado e das individualidades dos espaços populares face às leituras retificadas do senso comum e da retórica conservadora dos meios de informação de massa. É fundamental citar que as favelas foram se formando de maneira irregular, desprovidas de importantes fases, como planejamento, orientação técnica e de segurança por parte dos órgãos públicos” (VALLADARES, 2005).

As favelas não são uma realidade típica apenas do Rio de Janeiro, sendo que em todo o país se notou o mesmo processo de favelização, como é observado também na capital baiana, como será visto em maiores detalhes na próxima seção.

2.1 A formação do território periférico de Salvador

A capital baiana originou-se como a primeira capital da colônia portuguesa na América Latina, quando Tomé de Souza fundou o primeiro governo-geral da recém-descoberta “Terra de Vera Cruz”, em 1549. Apesar de o Brasil ser descoberto formalmente no ano de 1500, a aparente ausência de metais preciosos e outras riquezas materiais não suscitou nos colonizadores o desejo imediato de colonizar a nova aquisição da Coroa Portuguesa. Foi só a partir de 1530, com a ameaça de possíveis invasores – sobretudo franceses e holandeses – é que a colonização passou a ocorrer (PRADO JÚNIOR, 2012).

Durante mais de dois séculos Salvador seria a capital da colônia, sendo que sua base econômica foi escravista, monocultora e agroexportadora, ou seja, sua mão-de-obra era praticamente toda composta de escravos, cultivava apenas um gênero alimentício desejado pelo mercado europeu (no caso a cana-de-açúcar) e exportada para as demais metrópoles europeias. Até então, na recém-fundada Salvador só era povoada no litoral e em pequena porção de terra sempre em áreas fortificadas, onde se concentrava a riqueza extraída da terra (ANDRADE; BRANDÃO, 2009).

De fato, segundo os autores supracitados e corroborando com o exposto na literatura historiográfica:

Se inicialmente o atual território brasileiro não parecia tão atraente aos colonizadores portugueses, como as colônias espanholas da América aos espanhóis, a exploração do pau-brasil e, posteriormente a cana-de-açúcar e o fumo geraram um comércio com a África e Europa bastante rentável à Coroa Portuguesa. Nesse sentido, Salvador surgiu, inicialmente com duas funções básicas: ocupar e proteger a colônia portuguesa na América e servir como porto de abastecimento a meio caminho do Atlântico Sul (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 16).

Essas duas funções permaneceram durante séculos, sendo que o povoamento da cidade era composta na sua grande maioria por colonos europeus, indígenas, escravos trazidos da África, constituindo um contingente populacional bastante heterogêneo, haja vista que embora houvesse divisão social na colônia, a miscigenação era uma consequência resultante do encontro desses povos (YADE, 2014; PRADO JÚNIOR, 2012).

Segundo Yade (2014), a miscigenação não é uma questão consensual na historiografia brasileira, pois ela é atualmente considerada como uma forma de se segregar a população

afrodescendente. Alega-se que a miscigenação era utilizada como um processo ideológico de “embranquecimento” dos descendentes entre os cruzamentos de brancos, negros e indígenas. Os mestiços eram então impulsionados a habitarem as áreas mais afastadas da capital, ficando a elite colonial no centro.

Com a decadência da economia açucareira em fins do século XVIII, a situação econômica da capital baiana também contribuiu para o empobrecimento geral de Salvador e do restante da Bahia (com exceção do recôncavo, que estava vivendo da extração de ouro e diamantes da Chapada Diamantina). Nesse mesmo período, foram várias décadas de estagnação e pauperização da população soteropolitana, que subsistiu através de uma lógica de desenvolvimento e modernização excludentes, que Pereira (2008, p. 138) descreveu como sendo de “conformação urbana, nos problemas de moradia e na disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos”.

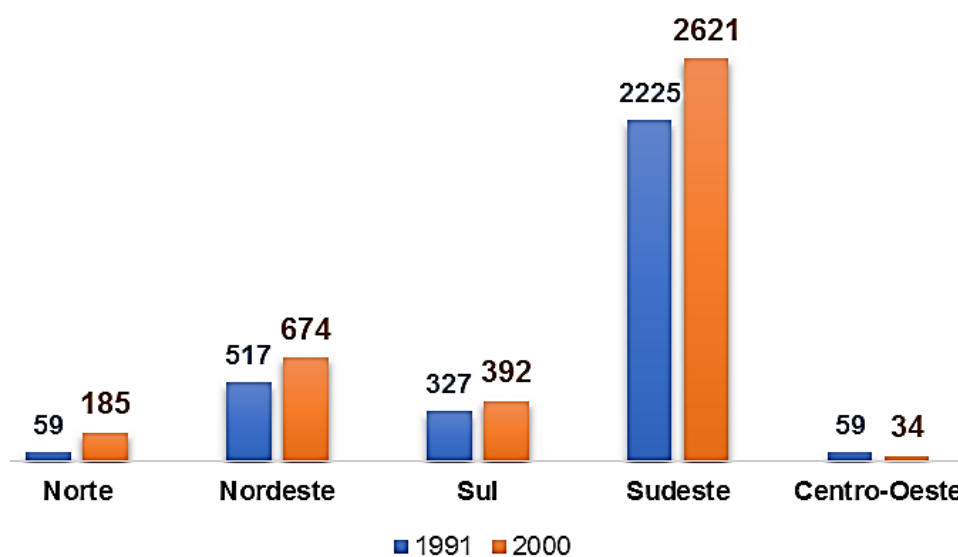
Dando um salto na História, por volta da década de 1940, portanto já na primeira metade do século XX, a cidade passa por um período de industrialização tardia, que atraiu milhares de pessoas para trabalhar, mas que não possuíam condições de habitar áreas mais nobres. Conseqüentemente, tais grupos de pessoas habitaram regiões afastadas das áreas nobres, dando origem a loteamentos que posteriormente transformaram-se em muitos bairros que hoje conhecemos a exemplo de Pero Vaz, e Bom Juá (PEREIRA, 2008).

Tais bairros são classificados como parte integrante do conjunto de favelas identificadas na capital baiana. As favelas sempre foram consideradas pelas elites como áreas habitadas por pessoas desprovidas de educação, cultura e urbanização. Essas áreas são interpretadas como locais indignos, carentes, maus povoados e moderadores das condições de vida da população. Observa-se um discurso homogêneo ao caracterizar as favelas, considerando-se suas variadas formas de representações em relação ao relevo como em morros, planícies, aglomerados etc. As favelas possuem características heterogêneas no que tange a diversidade étnica e cultural.

Houve um fluxo alto de pessoas em busca de moradia, reforçando o crescimento desenfreado no número de favelas. Essas informações são comprovadas conforme dados levantados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo realizado na virada do século, conforme gráfico visualizado na Figura 1.

Podemos verificar que em nível nacional, o processo de favelização vem logrando êxito e segregando a população afrodescendente e de baixo poder aquisitivo, em áreas desassistidas pelas políticas públicas.

Figura 1 - Crescimento das favelas no Brasil (1991-2000)



Fonte: Adaptado pela autora, extraído de IBGE (2000).

A seção a seguir fará uma descrição de como a alteridade e seus diversos conceitos influenciam no entendimento da formação do espaço territorial urbano da periferia de Salvador.

2.2 Alteridades e sua influência na formação do território periférico de Salvador

A alteridade é entendida como a relação de interação e interdependência de diferentes atores sociais; dito de maneira mais simples entende-se que alteridade significa entender que tudo está interligado e que um aspecto interage e repercute no todo (BARTOLI, 2014).

Trazendo essa abordagem para o contexto de formação da periferia soteropolitana, a alteridade pode ser aplicada como resultado da população egressa da escravidão, que foi abandonada a própria sorte. Sem rumo ou possibilidades de sobrevivência, muitos negros passaram a perambular pelas ruas da cidade em busca de abrigo e trabalho (CORREA, 2006).

Porém, conforme corroborado por Pereira (2008), tais excluídos foram colocados numa posição de invisibilidade social, que lhes fora imposta de inúmeras formas (preconceitos, a pobreza, a miséria, a falta de oportunidades), sendo levados em muitos casos a submeterem-se ao antigo regime de escravidão trocando mão-de-obra por alimentos e moradia.

De acordo com Pedrão (2009), parte da população negra passou a refugiar-se em áreas distantes dos grandes centros urbanos, e passam a habitar em territórios situadas em morros, matagais, áreas alagadas, numa tentativa de fixarem residência e construir um futuro. Como fruto desse processo, surgem modificações na paisagem urbana da cidade de Salvador,

antes cidade planejada, atualmente composta por construções diversas e múltiplas nuances como: barracos de madeira, casas, improvisadas, mal estruturadas em terrenos acidentados, dando origem assim ao que seriam chamados de favelas, guetos, vielas (CORREA, 2000).

Os representantes do governo passaram a substituir a ausência dos negros nas fazendas e fábricas, pela presença maciça de imigrantes de diversas nacionalidades em que lhes fora ofertado trabalho e terras. “Os imigrantes europeus, de quem se esperava ‘o sangue oxigenado de uma raça livre e laboriosa’, tampouco preencheram as imagens de civilidade e higiene idealizadas pelas elites” (ROLNIK, 1999, p. 78).

É notória a prática da segregação territorial que a população negra e enfraquecida financeiramente é submetida, representando imagens da alteridade plural e velada. É possível verificar que a antiga invasão do Corta Braço³ no ano de 1946, foi primeira área de concentração fundada com tais características. Atualmente essa localidade é conhecida como bairro do Pero Vaz. Em 1976, Mário Leal Ferreira coordenou o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, expandindo os espaços urbanos agregando áreas não disponíveis, outrora compostas por construções improvisadas e habitadas pela população carente.

Segundo Souza (2000), na década de 90, em Salvador as assim chamadas, invasões, chegavam a 14% das áreas ocupadas por habitação, somadas a outras áreas de ocupação informal, estas áreas chegariam a 32% da ocupação habitacional.

Vale ressaltar que as áreas identificadas pelas construções inadequadas estão grandemente concentradas no subúrbio e guetos enquanto que as grandes construções, planejadas, ordenadas e verticalizadas, apresentam-se em áreas da orla da cidade de Salvador ou grandes centros urbanos.

2.3 Expressões sociais da alteridade no bairro do Bom Juá

A alteridade apresentada no bairro do Bom Juá pode ser notada através da história local por tratar-se de uma área periférica não planejada. Situado às margens da BR 324 e cercado pelos bairros da Fazenda Grande do Retiro, São Caetano, dentre outros, e povoada por remanescentes afrodescendentes que, logo após o processo de libertação, migraram de diversas partes do Recôncavo Baiano, em busca de abrigo e moradia (SOUZA, 2000).

³ A invasão do Corta Braço surgiu no que hoje é a região periférica do Curuzu, só mais tarde vindo a ser chamado com o nome atual. Acredita-se que o nome “Corta Braço” originou-se devido à violência que era grande no local. Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/03/da-montanha-ao-pepino-veja-causos-e-historias-das-ladeiras-de-salvador.html>. Acesso em 14/06/2018.

Heloisa Buarque de Hollanda observa como, a partir da década de 1970, o debate em torno da questão da alteridade surgiu com os “movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres e ecológicos que se consolidam como novas forças políticas emergentes”. Se identidade e diferença são dois termos indissociáveis, não implica que os dois possuam o mesmo peso em suas relações. Ao contrário, o “eu” (a identidade) é sempre mais valorizado ou mais forte do que o “outro” (a alteridade). A oposição entre os dois, portanto, baseia-se em um necessário desequilíbrio de poder entre os termos que compõe a equação. Só assim, um polo pode determinar a regra, colocando o outro como exceção (HOLLANDA, 1994).

A posição crítica assumida por estas políticas é a da desmistificação, ou na denominação de West, da “crítica profética”. Pondo em cheque os conceitos correntes de classe, gênero, raça, sexo, nação etc., e as estruturas de poder que lhes são inerentes, uma crítica desmistificadora possibilita a elaboração de práticas transformadoras. Por ser o bairro do Bom Juá composto majoritariamente por afrodescendentes, faz-se necessário desenvolver ações para valorização da cultural local, enfatizando os saberes locais e garantindo a implementação da Lei 10.639/03 e promova uma educação que possibilite o combate às diversas formas de manifestação dos preconceitos e fortaleça a identidade e diversidade.

A identidade não deve ser idealizada na perspectiva da totalidade como, “um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma ‘unidade’ imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais”. Partindo de uma perspectiva política inclusiva, a mesma deve suprir as lacunas que tangem as disparidades nas relações hierárquicas estabelecidas entre as mesmas ao logo do tempo. A ideologia de unificação das identidades torna-se insipiente, fragmentada e atemporal, pois são múltiplas e estruturadas no decorrer dos contextos históricos, ações, posicionamentos e imposições sociais, levando os atores sociais ao desenvolvimento de discursos antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

Segundo Barbalho (Cunha Jr., 2007), é notório a “minoría” dos pretos de acordo com a meta da não esquecida ideologia da mestiçagem e do embranquecimento em detrimento ao reconhecimento da afrodescendência. Isso faz com que haja uma complexidade que extrapola o fenótipo, englobando o legado africano, o espaço urbano afrodescendente, convivência coletiva, as carências do bairro e as heranças materiais e imateriais aliados aos aspectos religiosos, culturais, identitários e raciais.

Assim, o foco deveria ser o de articular identidade e alteridade, mediante um posicionamento produtivo e processual, para quem participa do campo cultural e de suas

políticas, principalmente aquelas implementadas pelo poder público. Caso contrário, é aceitar passivamente o retorno à política de eventos como a única possível nesses tempos de fragmentação das identidades. A única que “aberta à comunidade culturalmente ativa em sua imensa variedade pode acompanhar a exigência da diferença que marca os dias atuais”, como argumenta Coelho (1997, p.306).

Deve-se considerar que o fato de se tratar de uma área geograficamente próxima das fábricas ou polos de trabalho levando-os a fixarem residência no alto de morros e encostas, a improvisarem construções de casas com materiais diversos e desprovidos de orientações técnicas reguladoras. Aliás, essa ocupação desordenada pode ter sido um dos fatores que atraíram um número considerado de desvalidos e abandonados pelo poder público (PEDRÃO, 2009).

Os reflexos desse desordenamento são sentidos ainda na atualidade (Fig. 2), pois são frequentes as notícias veiculadas nos meios de comunicações sobre tragédias, a exemplo da que ocorreu em Bom Juá, no ano de 2015, onde quatro pessoas morreram e três ficaram feridas devido a um deslizamento de terra após constantes chuvas de inverno.

Figura 2 - Imagem de deslizamento de terra no bairro do Bom Juá (2015)



Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/04/crianca-morre-apos-desabamento-na-regiao-da-san-martin-em-salvador.html> (Abril, 2015).

No ano de 2018, ainda são veiculadas na mídia situações semelhantes às que já são de conhecimento público e das autoridades governamentais (Vide Figura 3). No dia 20 de abril deste ano, a região correspondente ao bairro do Bom Juá foi a parte que mais choveu, sendo registrados 157 milímetros. O que ocasionou a emissão de alertas de riscos e deslizamentos.

Os habitantes do Bom Juá, tiveram que abandonar suas residências sendo alojados na Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães.

Figura 3 - Visita da Defesa Civil a área de risco no Bom Juá (2018)



Fonte: https://correio-cdn2.cworks.cloud/fileadmin/_processed_/a/0/csm_bom_jua_120d8d5abe.jpg. (Abril, 2018).

Essas foram algumas expressões sociais da alteridade na cidade de Salvador, especificamente no bairro do Bom Juá. Vale salientar que tais questões sociais são rotineiras em áreas geograficamente já catalogadas, tornando-se representações do abandono das autoridades públicas, observáveis desde a fundação da cidade de Salvador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema apresentado nesse artigo demonstra a diversidade interpretativa, ao abordar questões sociais envolvendo o território e sua ocupação desordenada, e relacionando-a com o conceito de alteridade. Esta se aplica a diversos setores, no que tange a sociedade, até porque a alteridade pode ser concebida através das interligações ou conexões inerentes aos sujeitos que se inserem no meio social.

Essas conexões passam a protagonizar papéis complexos que irão datar desde a fundação da cidade de Salvador, fato ocorrido conforme interesse dos povos europeus, que só passou a se interessar e povoar a recém-descoberta colônia após 49 anos do seu descobrimento. Só após o perigo de usurpação da terra por outras potências europeias é que finalmente decidiram colonizar o território, tornando-o interposto comercial e futura habitação da Coroa Portuguesa.

A fundamentação teórica realizada nesse trabalho possibilitou a compreensão histórica das circunstâncias em que a cidade de Salvador, compreendendo as circunscrições e

delimitações territoriais, tornando possível a compreensão da origem da divisão entre bairros nobres e periféricos da capital baiana.

Essa divisão foi resultado de diversos interesses, sobretudo políticos e econômicos, tendo como plano de fundo a segregação social e racial daqueles que foram libertos da escravidão (alforriados) e colocados na condição de incapazes. Esses ex-escravos em sua grande maioria era composta de analfabetos, outros se tornaram indigentes, e que foram sendo substituídos por trabalhadores assalariados provenientes de outros países.

Espera-se que este trabalho possa suscitar outros estudos sobre o tema, ampliando ainda mais o arcabouço teórico e elevando o nível de conhecimento acerca de uma questão social de extrema relevância.

REFERÊNCIAS

- BARTOLI, Estevan. **Patrimônio territorial e desenvolvimento local: sistemas locais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM)**. São Paulo: VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriais e Ambientais, 8 a 12 de set., 2014. Disponível em <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Estevan%20Bartoli.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.
- CORREA, Felipe Botelho. As projeções de alteridade no espaço urbano carioca a favela no cinema brasileiro contemporâneo. **FACOM/UFJF**, Juiz de Fora, v. 9, n.1/2, pp. 51-61, jan./dez., 2006. Disponível em <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/Lumina16-17-FelipeCorrea.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996a. p. 68-74.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- PEDRÃO, Fernando. Urbanização Voraz em Salvador. **Revista VeraCidade**, Salvador, v. 4, n. 5, pp. 1-11, out., 2009. Disponível em <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf%5Cartigo1.pdf>. Acesso em : 31 mai. 2018.
- PEREIRA, Gilberto Corso. **Habitação e infraestrutura urbana em Salvador e região metropolitana**. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em <http://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-06.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RAMOS, Maria Estela Rocha. Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas. **Revista África e Africanidades**, v. 3, n. 9, maio, 2010. Disponível em

http://www.africaeaffricanidades.com.br/documentos/Contextos_construcao_territorialidade_negra.pdf. Acesso em: 31 mai. 2018.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1999.

SERPA, Ângelo. Os espaços públicos da Salvador contemporânea. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em <http://books.scielo.org/id/36d/pdf/carvalho-9788523209094-08.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YADE, Juliana de Souza Mavoungou. Histórias e memórias da população negra como possibilidade de repensar a teoria e prática educativa. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 3, n. 2, ago./dez., 2014. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30287>. Acesso em: 31 mai. 2018.